

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULO – EDITAL Nº 001/2020**

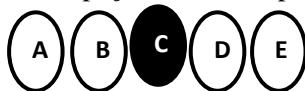
**CARGO
GUARDAS METROPOLITANAS DE CABEDELO**

**TIPO
1**

ATENÇÃO! INSTRUÇÕES PARA A PROVA

CONCURSO PÚBLICO

1. **Você receberá do fiscal:** um **CADERNO DE QUESTÕES** e um **CARTÃO DE RESPOSTAS** personalizado.
2. Confira, abaixo, seu nome, inscrição, cargo que você se escreveu, TIPO DE PROVA com número igual ao **CADERNO DE QUESTÕES** e **CARTÃO DE RESPOSTAS**.
3. Verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, notifique o Fiscal.
4. Este Caderno de Provas contém **50(cinquenta)** questões numeradas sequencialmente de **1 a 50**.
5. Leia atentamente cada questão e assinale, no **CARTÃO DE RESPOSTAS**, a alternativa que mais adequadamente a responde.
6. O candidato deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início das provas.
7. Após concluir a prova, o candidato deverá entregar o caderno de provas e o **CARTÃO DE RESPOSTAS** devidamente assinado.
8. **Observe as seguintes recomendações relativas ao CARTÃO DE RESPOSTAS:**
9. O **CARTÃO DE RESPOSTAS** não deve ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
10. A maneira correta de assinalar a alternativa no **CARTÃO DE RESPOSTAS** é cobrir fortemente, com caneta esferográfica **preta** ou **azul**, o espaço a ela correspondente, conforme o exemplo a seguir:



11. A leitora óptica **NÃO** registrará questões sem marcação, marcação pouco nítida ou com mais de uma alternativa assinalada.
12. **Você dispõe de 04(quatro) horas para fazer esta prova e marcar o CARTÃO DE RESPOSTAS.**
13. Nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorrida **01(uma)** hora do seu início.
14. Não será permitida a utilização de aparelho celular, qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
15. Os dois últimos candidatos da mesma sala só poderão ser liberados juntos.
16. A **Folha Resposta** abaixo não tem caráter legal, objetiva apenas a conferência do Gabarito do Candidato.



FOLHA RESPOSTA PARA CONFERÊNCIA DO CANDIDATO

NOME:										CARGO:									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULO – EDITAL Nº 001/2020



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULO – EDITAL Nº 001/2020

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto 1 – Questões de 1 a 5

O Departamento Estadual de Trânsito (Detran-PB), por meio da Operação Lei Seca notificou 57 motoristas por dirigir sob efeito de álcool, durante o Carnaval de 2020. Os números foram divulgados nesta quarta-feira (dia 26) pela Coordenação de Policiamento e Fiscalização de Trânsito do órgão.

Durante o período, foram realizados 798 testes de bafômetro, o que resultou na apreensão de 52 carteiras de habilitação (CNHs) e na remoção de 13 veículos aos pátios do órgão. A operação ainda autuou 80 condutores em flagrante, pela prática de outras infrações ao Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

As ações da Operação Lei Seca foram intensificadas desde a segunda quinzena de dezembro até fevereiro de 2020, quando ocorre a estação mais quente do ano, o verão. A época coincidiu com as férias escolares e o carnaval, quando é registrado um aumento significativo de veículos circulando em todo o Estado, sobretudo nos municípios litorâneos.

Efetivo - Quarenta e cinco homens foram responsáveis pelas ações. Esse efetivo foi composto por 3 equipes, cada uma com 12 agentes de trânsito e 3 policiais militares, que atuaram nas fiscalizações de trânsito com o auxílio dos seguintes equipamentos: 14 etilômetros (bafômetros), 50 talonários eletrônicos, 2 redutores de velocidade móveis, 2 camas de faquir, 20 cones de sinalização e 2 barreiras de sinalização retrátil. Nas ações foram empregadas 9 viaturas, entre elas 2 reboques.

Segundo o major Edmilson Castro, coordenador da Lei Seca no Estado, as fiscalizações tiveram o objetivo de coibir os abusos praticados por muitos condutores que ainda insistem em desobedecer às leis de trânsito, principalmente ao que se refere às infrações relacionadas à embriaguez ao volante. “Com as ações da Operação Lei Seca durante o Carnaval, certamente muitos acidentes foram evitados e muitas vidas foram preservadas no trânsito do nosso Estado”, afirmou major Castro.

Fonte: <http://detran.pb.gov.br>

1. O gênero textual a que pertence o texto acima é:

A. Conto

B. Crônica
C. Entrevista
D. Podcast
E. Notícia

2. Assinale a alternativa que responde sobre a temática central do texto:

A. Os eventos carnavalescos na Paraíba.
B. A apreensão de 52 carteiras de habilitação.
C. O efetivo de homens da Operação.
D. Os acidentes evitados no Carnaval de 2020.
E. Os dados sobre a Operação Lei Seca no carnaval de 2020.

3. De acordo com o texto, são resultados da Operação Lei Seca:

A. A autuação de 80 condutores e remoção de 13 veículos.
B. A organização de um efetivo de 45 homens.
C. Notificação de 53 motoristas.
D. A convocação de 12 agentes de trânsito e 3 policiais militares
E. “20 cones de sinalização e 2 barreiras de sinalização retrátil”.

4. A “Operação Lei Seca **notificou** 57 motoristas por dirigir **sob** efeito de álcool, durante o Carnaval de 2020”. As palavras destacadas podem ser substituídas **RESPECTIVAMENTE** por:

A. Comunicou e em cima de.
B. Deu a conhecer e debaixo de.
C. Reclamou e ao lado de.
D. Reprovou e sobre.
E. Denunciou e contra.

5. Leia o seguinte fragmento do texto: “(...) as fiscalizações tiveram o objetivo **de** coibir os abusos praticados **por** muitos condutores que ainda insistem **em** desobedecer às leis de trânsito(...)”. As palavras destacadas são essenciais para estabelecer relações de sentido. A ausência delas ocasionaria:

A. Um problema de coesão textual.
B. O uso da norma culta da língua.
C. Um desvio fonético.
D. Uma supressão de termos desnecessários.
E. O uso de uma figura de linguagem.



Texto 2 – Questões de 6 a 10



Fonte: <https://www.infraestrutura.gov.br>

6. O texto acima fez parte da Campanha Nacional de Trânsito 2019 do Ministério da Infraestrutura do governo federal. Sobre os aspectos verbais do texto, pode-se afirmar que todas as alternativas estão corretas, EXCETO:

- A. A palavra **sentido** foi empregada intencionalmente para significar tanto **razão de existir** como **direção**.
- B. “**No trânsito**” é uma expressão que designa lugar.
- C. A flexão verbal “**Dê**” está no imperativo, modo verbal utilizado com o objetivo de convencer.
- D. A vírgula usada depois da expressão **No trânsito** indica a ocorrência de uma oração coordenada assindética.
- E. Em “**À vida**” a crase ocorre porque existe a preposição **A** que rege a palavra **sentido** e o artigo **A** que antecede o substantivo **vida**.

7. Em: “**Para quem bebe e dirige, toda cerveja pode virar saideira**” tem-se:

- A. Um período composto por coordenação e por subordinação.
- B. Um período composto por subordinação.
- C. Um período composto por coordenação.
- D. Um período composto por orações principais.
- E. Um período composto por orações, cujas funções equivalem ao valor de um adjetivo.

8. A expressão “**A saideira**” recupera o discurso geralmente usado nas rodas de bebedeiras. No sentido que é empregado - intencionalmente no texto - essa expressão significa:

- A. A última cerveja antes de encerrar um encontro.
- B. A última cerveja da vida.
- C. A quantidade de cervejas consumidas em um encontro de amigos.
- D. Toda cerveja pode ser a saideira, porque significa beber todas elas e uma a mais.
- E. Um tipo de cerveja sem álcool comercializada para quem precisa dirigir.

9. Sobre o uso do pronome **Quem** no texto, é **CORRETO** afirmar:

- A. Refere-se somente a objetos personificados.
- B. Não se flexiona e pode se referir tanto ao singular quanto ao plural.
- C. No contexto empregado, é um pronome interrogativo.
- D. Funciona como objeto direto dos verbos beber e dirigir.
- E. É um pronome demonstrativo usado no sentido de indicar a pessoa com quem se fala.

10. Quanto à regência verbal, os verbos beber e dirigir no contexto em que foram usados.

- A. Necessitam de complemento e são intransitivos.
- B. Necessitam de complemento e são transitivos diretos.
- C. Não necessitam de complemento, portanto são intransitivos.
- D. Necessitam de complemento e são transitivos indiretos.
- E. Ambos os verbos são transitivos diretos e indiretos.

CONHECIMENTOS GERAIS

11. Sobre a Fortaleza de Santa Catarina do Cabedelo que é um dos mais belos monumentos históricos do Estado da Paraíba, analise os itens abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- A. Erguida no final do século XVI, mais precisamente em 1598, na praia de Ponta de Campina, em Cabedelo e Tombadas desde 1938 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com arquitetura em estilo barroco, foi construída no contexto do processo de conquista do território e de catequização dos indígenas na Paraíba.
- B. É um dos mais belos monumentos históricos do Estado da Paraíba, e está localizada à margem direita da barra do rio Paraíba do Norte, ao lado do Porto de Cabedelo, no litoral do Estado da Paraíba.
- C. Composta por um conjunto arquitetônico com 20 compartimentos, dentre eles, a capela dedicada à Santa Catarina de Alexandria, a casa da pólvora, a casa do capitão-mor, 2 prisões, 8 alojamentos de soldados, 4 alojamentos de oficiais, além de um paiol, um poço de água doce e dois túneis.
- D. Representa um testemunho vivo das lutas contra os invasores franceses e holandeses da Região Nordeste à época do Brasil Colônia. A sua primitiva e robusta estrutura foi construída estrategicamente com a função de defender a barra do rio Paraíba do Norte e a povoação de Filipéia de Nossa Senhora das Neves (atual João Pessoa), na Capitania da Paraíba.
- E. É cercada de lendas e credices populares. Seus frequentadores mais antigos e os moradores de seu entorno garantem que o monumento é palco de muitos fenômenos, que contam histórias de natureza



sobrenatural. Aparições famosas como a da Mulher de Branco, do Capitão Mor, da Serpente Gigante, dentre outras.

12. Sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - do Município de Cabedelo, analise o texto abaixo, complete as lacunas e assinale a alternativa CORRETA:

“O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Cabedelo é _____, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799) e em no _____ no ranking dos municípios Paraibanos. A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,822, seguida de Renda, com índice de 0,782, e de Educação, com índice de 0,651.

- A. 0,738 – 1º lugar.
- B. 0,758 – 2º lugar.
- C. 0,768 – 2º lugar.
- D. 0,778 – 2º lugar.
- E. 0,748 – 1º lugar.

13. Por ser a região mais desenvolvida, é a mais representativa no PIB brasileiro, correspondendo a 55,2% do PIB nacional. Destacam-se o setor industrial, financeiro e comercial. As indústrias automobilísticas, siderúrgicas e petrolíferas apresentam-se em grande quantidade.

A Região a que se refere o texto é:

- A. Norte.
- B. Nordeste.
- C. Sul.
- D. Sudeste.
- E. Centro-Oeste.

14. É uma zona úmida, definida como “ecossistema costeiro, de transição entre os ambientes terrestre e marinho, característico de regiões tropicais e subtropicais, sujeito ao regime das marés.

O Conceito acima é:

- A. Pantanal.
- B. Mangue.
- C. Cerrado.
- D. Caatinga.
- E. Mata Atlântica.

15. “O fenômeno da bossa nova teve repercussão mundial, e uma música específica foi o principal motivo para isso. Estamos falando de “Garota de Ipanema” (ou “**The Girl From Ipanema**”, como ficou conhecida internacionalmente). Na cerimônia do Grammy de

1965, _____ ao interpretar a canção, ficou conhecida como a primeira artista mulher a conquistar a estatueta de “Gravação do Ano”.

Completa a lacuna e assinale a alternativa CORRETA:

- A. Astrud Gilberto.
- B. Connie Francis.
- C. Carol Connors.
- D. Whitney Houston.
- E. Aretha Franklin.

INFORMÁTICA

16. Para armazenar dados e executar programas, os computadores dispõem de um recurso fundamental: a memória. Sobre os diferentes tipos de memórias, analise as sentenças a seguir:

- I. HD e SSD são memórias primárias e RAM é um tipo de memória secundária.
- II. Memórias ROM (*ReadOnlyMemory*) têm seu conteúdo escrito na fábrica, e não é possível alterar este conteúdo.
- III. IMemória CACHE é dividida em níveis e é sempre mais veloz do que a memória RAM.
- IV. HDs são memórias voláteis mas SSDs são memórias não voláteis.

Está(ão) CORRETA(S):

- A. I, II e III.
- B. II e III.
- C. II.
- D. II, III e IV.
- E. III.

17. A maioria dos navegadores de Internet disponibiliza uma opção de navegação privativa/anônima.

Sobre este tipo de navegação, assinale a alternativa INCORRETA:

- A. O navegador não salvará o histórico de navegação, cookies, dados de sites, e informações fornecidas em formulários.
- B. É possível que a atividade do usuário esteja visível para os websites visitados e provedor de acesso à Internet.
- C. Serviços da Web não são capazes de identificar o endereço IP do usuário.
- D. Navegação privativa não protege o usuário de programas espíões como Keylogger.
- E. Downloads efetuados nesse tipo de navegação ainda salvam arquivos no computador mas nenhum registro aparece no histórico de downloads.



18. Na utilização do Sistema Operacional Windows é possível que algum processo passe a consumir recursos de forma exagerada, seja intencionalmente ou não. Esta situação pode causar lentidão no processamento das demais aplicações. Uma forma de identificar esse problema é observar o consumo de CPU, Memória, Disco e Rede, dos processos, e procurar alguma anomalia.

O atalho que abre o Gerenciador de Tarefas no Windows 10 é:

- A. CTRL+ DEL
- B. CTRL + ESC
- C. ALT + ESC
- D. CTRL + SHIFT + ESC
- E. CTRL + ALT + ESC

19. Sobre a utilização do mouse no programa Word, do pacote Office 2010, analise as seguintes afirmações.

- I. O botão direito do mouse serve para selecionar alguma funcionalidade.
- II. O botão esquerdo do mouse serve para acionar menu rápido.
- III. Um clique com o botão esquerdo do mouse no texto posiciona o cursor.
- IV. Dois cliques com o botão esquerdo em uma palavra seleciona a palavra.
- V. Três cliques com o botão esquerdo em uma palavra seleciona o parágrafo que contém a palavra.
- VI. Quatro cliques com o botão esquerdo em uma palavra seleciona o texto da página que contém a palavra.

Estão CORRETAS:

- A. I e II.
- B. III e IV.
- C. III, IV e V.
- D. III, IV, V e VI.
- E. I, II, III, IV, V e VI.

20. Backups são cópias de segurança realizadas para prevenir a perda de dados decorrente de falhas do sistema ou do hardware. Dentre os tipos de backup, existem o backup normal, também conhecido como backup completo, e o backup incremental. Suponha que o sistema tenha realizado o backup completo no domingo, e nos dias subsequentes, segunda-feira, terça-feira, quarta-feira, quinta-feira, e sexta-feira, o sistema realizou backups incrementais.

Se na sexta-feira tiver ocorrido uma pane no sistema, para recuperar os dados, deverão ser recuperados os seguintes backups:

- A. Apenas da sexta-feira.
- B. Domingo e sexta-feira.

- C. Domingo, segunda-feira, terça-feira, quarta-feira, e quinta-feira.
- D. Segunda-feira, terça-feira, quarta-feira, quinta-feira, e sexta-feira.
- E. Domingo, segunda-feira, terça-feira, quarta-feira, quinta-feira, e sexta-feira.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Com base no art. 1º da Constituição Federal, a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, analise os itens abaixo:

- I. A soberania.
- II. A cidadania.
- III. O respeito à liberdade e apreço à tolerância.
- IV. A dignidade da pessoa humana.
- V. Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- VI. O pluralismo político.

Estão CORRETAS:

- A. I, II e III.
- B. III, IV, V e VI.
- C. I, II, IV, V e VI.
- D. I, II, III e IV.
- E. I, II, III, IV, V e VI.

22. De acordo com o art. 3º da Constituição Federal de 1988, constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, EXCETO:

- A. Garantir padrões de qualidade educacional.
- B. Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- C. Garantir o desenvolvimento nacional.
- D. Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- E. Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

23. Em conformidade com a Lei 7.210 de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal, Título V, Da Execução das Penas em Espécie, em seu Capítulo I, preceitua que Transitando em julgado a sentença que aplicar pena privativa de liberdade, se o réu estiver ou vier a ser preso, o Juiz ordenará a expedição de guia de recolhimento para a execução.

Referente às Penas Privativas de Liberdade Julgue as assertivas abaixo e atribua (V) para VERDADEIRO e (F) para FALSO.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULO – EDITAL Nº 001/2020

- () Ao Ministério Público se dará expedição da guia de recolhimento.
- () A guia de recolhimento será retificada sempre que sobrevier modificação quanto ao início da execução ou ao tempo de duração da pena.
- () Ninguém será recolhido, para cumprimento de pena privativa de liberdade, sem a guia expedida pela autoridade judiciária.
- () O condenado a quem sobrevier doença mental será internado em Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.

A sequência CORRETA é:

- A. V, F, V e F.
- B. F, V, V e V.
- C. V, V, V e V.
- D. V, F, F e V.
- E. V, V, F e V.

24. De acordo com o art. 144, da Constituição Federal de 1988, a polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a,

Assinale a alternativa INCORRETA:

- A. Apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei.
- B. Prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência.
- C. Exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras.
- D. Exercer a função de polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.
- E. Exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

25. De acordo com o art. 37 da Constituição Federal de 1988, os atos de improbidade administrativa importarão a:

- I. Suspensão dos direitos políticos.
- II. A perda da função pública.
- III. A indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

Está(ão) CORRETA(S):

- A. I e II.
- B. III.

- C. I e III.
- D. II e III.
- E. I, II e III.

26. Sobre o uso do poder na administração pública, assinale a alternativa INCORRETA:

- A. O poder administrativo representa uma prerrogativa especial de direito público outorgado aos agentes do Estado.
- B. O agente público deve estar sobre estrita observância dos princípios jurídicos e respeito aos direitos e garantias fundamentais.
- C. O poder administrativo representa uma prerrogativa especial de direito público outorgado aos agentes do Estado.
- D. O poder administrativo é atribuído à autoridade para remover os interesses públicos que se opõem ao interesse particular.
- E. A atuação efetiva do agente público se dá em benefício do interesse público e sob controle direto e indireto do titular da coisa pública, ou seja, o povo.

27. A respeito dos princípios da Administração Pública, leia o conceito abaixo e complete a lacuna:

“Aqueles que lidam com o interesse e patrimônio público devem, seguir padrões éticos esperados em determinada comunidade. O princípio da _____ existe para estabelecer os bons costumes como regra da Administração Pública, ao passo que a sua inobservância importa em um ato viciado (errado), que se torna inválido, pois o ato praticado é considerado ilegal, justamente por não ser aceitável naquela comunidade”.

Assinale a alternativa CORRETA:

- A. Legalidade.
- B. Impessoalidade.
- C. Moralidade.
- D. Publicidade.
- E. Eficiência.

28. Segundo o Decreto-Lei, nº 2.848/1940, em seu art. 135, “deixar de prestar assistência, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à criança abandonada ou extraviada, ou à pessoa inválida ou ferida, ao desamparo ou em grave e iminente perigo; ou não pedir, nesses casos, o socorro da autoridade pública”, cabe:

- A. Detenção, de um a seis meses, ou multa.
- B. Detenção, de dois a seis meses, ou multa.
- C. Detenção, de três a seis meses, ou multa.
- D. Detenção, de quatro a seis meses, ou multa.
- E. Detenção, de cinco a seis meses, ou multa.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULO – EDITAL Nº 001/2020

29. De acordo com o Decreto-Lei, nº 2.848/1940, em seu art. 312 “apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio”, a Pena é de reclusão, de dois a doze anos, e multa.

§ 2º, Se o funcionário concorre culposamente para o crime de outrem, o crime é qualificado como:

- A. Corrupção Passiva.
- B. Peculato furto.
- C. Peculato mediante erro de outrem.
- D. Peculato sobre inserção ou modificação de dados falsos em sistema de informações.
- E. Peculato culposo.

30. Sobre o conceito de Inquérito Policial, assinale a alternativa INCORRETA:

- A. O inquérito policial é um procedimento administrativo informativo, destinado a apurar a existência de infração penal e sua autoria, a fim de que o titular da ação penal disponha de elementos suficientes para promovê-la.
- B. Trata-se de uma instrução provisória, preparatória e informativa, em que se colhem elementos por vezes difíceis de obter na instrução judiciária, como auto de flagrante, exames periciais, entre outros.
- C. Seu destinatário mediato é o Ministério Público (nos crimes de ação penal pública) ou o ofendido (nos crimes de ação penal privada), que com ele formam a sua *opinio delicti* para a propositura da denúncia ou queixa. Por outro lado, o inquérito tem como destinatário imediato o Juiz, que nele também pode encontrar fundamentos para julgar.
- D. O inquérito policial acompanhará a denúncia ou queixa, sempre que servir de base a uma ou outra.
- E. O inquérito policial não se confunde com a instrução criminal. Por essa razão, não se aplicam ao inquérito os princípios do processo penal, nem mesmo o contraditório, pois o inquérito não tem finalidade punitiva, mas apenas investigativa.

31. Segundo o art. 1º da Lei nº 7.960 de 21 de dezembro de 1989, Caberá prisão temporária: “Quando imprescindível para as investigações do inquérito policial; quando o indicado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade; quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos seguintes crimes”, EXCETO:

- A. Sequestro ou cárcere privado.
- B. Crimes contra o sistema financeiro.
- C. Crimes previstos na Lei de Terrorismo.
- D. Epidemia com resultado de morte.
- E. Roubo, mediante concurso de pessoas para obter qualquer vantagem, como condição ou preço do resgate.

32. De acordo com o art. 2º “a prisão temporária será decretada pelo Juiz, em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, e terá o prazo de”:

- A. 3 (três) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- B. 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- C. 8 (oito) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- D. 9 (nove) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- E. 10 (dez) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

33. Sobre o conceito de Habeas Corpus, analise os itens abaixo e assinale a alternativa INCORRETA:

- A. A Constituição Federal de 1988 prevê em seu art. 5º, inciso LXVIII que conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- B. Habeas corpus é o remédio judicial que tem por finalidade evitar ou fazer cessar a violência ou coação à liberdade de locomoção, decorrente de ilegalidade ou abuso de poder.
- C. O sentido da palavra *alguém* no habeas corpus refere-se a pessoa física e jurídica.
- D. Tecnicamente, entende-se que o Habeas corpus é uma ação constitucional de caráter penal e de procedimento especial, isenta de custas.
- E. Qualquer pessoa física que se achar ameaçada de sofrer lesão a seu direito de locomoção tem direito de fazer um pedido de Habeas corpus.

34. Segundo do artigo 60, da Lei Federal 9.099/95, os Juizados Especiais Criminais nada mais são do que órgãos da Justiça que julgam infrações penais de menor potencial ofensivo, objetivando rapidez na resolução do processo, assim como a reparação do dano causado à vítima, por meio de um acordo. No artigo 61 da referida Lei, consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa, submetidos ou não a procedimento especial.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULO – EDITAL Nº 001/2020



Ficam excluídas do conceito de menor potencial ofensivo as hipóteses de que trata a Lei 11.340/06, o(a):

- A. Estatuto da Igualdade Racial.
- B. Estatuto do Idoso.
- C. Estatuto da Juventude.
- D. Estatuto da Criança e do Adolescente.
- E. Lei Maria da Penha.

35. Com base no art. 2º, da Lei nº 12.830, de 20 de junho de 2013, “as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais exercidas pelo delegado de polícia são de natureza jurídica, essenciais e exclusivas de Estado”.

Sobre as funções de polícia judiciária assinale a alternativa INCORRETA:

- A. Ao delegado de polícia, na qualidade de autoridade policial, cabe a condução da investigação criminal por meio de inquérito policial ou outro procedimento previsto em lei, que tem como objetivo a apuração das circunstâncias, da materialidade e da autoria das infrações penais.
- B. Durante a investigação criminal, cabe ao delegado de polícia a requisição de perícia, informações, documentos e dados que interessem à apuração dos fatos.
- C. O inquérito policial ou outro procedimento previsto em lei em curso somente poderá ser avocado ou redistribuído por superior hierárquico, mediante despacho fundamentado, por motivo de interesse público ou nas hipóteses de inobservância dos procedimentos previstos em regulamento da corporação que prejudique a eficácia da investigação.
- D. A remoção do delegado de polícia dar-se-á somente para atender interesses da administração pública.
- E. O indiciamento, privativo do delegado de polícia, dar-se-á por ato fundamentado, mediante análise técnico-jurídica do fato, que deverá indicar a autoria, materialidade e suas circunstâncias.

36. Sobre o art. 3º da Lei nº 13.022/2006, que trata dos princípios mínimos de atuação das guardas municipais, analise os itens abaixo:

- I. Proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas.
- II. Preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas.
- III. Patrulhamento preventivo.
- IV. Compromisso com a evolução social da comunidade.
- V. Uso progressivo da força.

Estão CORRETAS:

- A. I, II, III, IV.
- B. II, III, IV, V.
- C. III, IV, V.
- D. I, II, III.
- E. I, II, III, IV, V.

37. De acordo com o art. 20 da Lei nº 13.022/2006, é reconhecida a representatividade das guardas municipais no; EXCETO:

- A. Conselho Nacional de Segurança Pública.
- B. Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.
- C. Conselho Nacional das Guardas Municipais.
- D. Conselho Nacional de Secretários Municipais de Segurança Pública.
- E. Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Segurança Pública.

38. De acordo com o art. 6º da Lei nº 13.022/2006, é proibido o porte de arma de fogo em todo o território nacional, salvo para os casos previstos em legislação própria e para, entre outros:

- I. Os integrantes das guardas municipais das capitais dos Estados e dos Municípios com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei.
- II. Os integrantes das guardas municipais dos Municípios com mais de 50.000 (cinquenta mil) e menos de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, quando em serviço.
- III. Os agentes operacionais da Agência Brasileira de Inteligência e os agentes do Departamento de Segurança do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.
- IV. Os integrantes do quadro efetivo dos agentes e guardas prisionais, os integrantes das escoltas de presos e as guardas portuárias.
- V. As empresas de segurança privada e de transporte de valores constituídas, nos termos desta Lei.

Estão CORRETAS:

- A. III, IV, V.
- B. I, II, III, IV, V.
- C. I, II, III.
- D. I, III, IV, V.
- E. I, II, IV, V.

39. De acordo com o art. 16 da Lei nº 13.022/2006, “possuir, deter, portar, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob sua guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição de uso restrito, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar”, tem Pena de:



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULO – EDITAL Nº 001/2020



- A. Reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.
- B. Reclusão, de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, e multa.
- C. Reclusão, de 3 (três) a 5 (cinco) anos, e multa.
- D. Reclusão, de 5 (cinco) a 6 (seis) anos, e multa.
- E. Reclusão, de 3 (três) a 4 (quatro) anos, e multa.

40.A aquisição de armas de fogo de uso restrito, Caberá autorizar, excepcionalmente pelo(a)

- A. Comando das Forças Armadas.
- B. Comando de Operações Especiais.
- C. Brigada de Operais Especiais.
- D. Comando do Exército.
- E. Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais.

41.Segundo o art. 2º da Lei nº 1.292 de 30 de maio de 2006, que trata da Estatuto da Guarda Civil Municipal de Cabedelo, “são conferidas à Guarda Civil Municipal responsabilidades de uma Corporação Especial de Segurança Municipal, com destinação preventiva, cabendo-lhe, entre outros:

- I. Dar proteção aos bens, serviços e instalações municipais.
- II. Apoiar as atividades de assistência social, quando para tal fim designados.
- III. Colaborar com a segurança pública e manter o controle do trânsito urbano, em convênio com a Polícia Estadual, quando necessário.
- IV. Apoiar e proteger as crianças das creches municipais.
- V. Orientar filas em repartições públicas.
- VI. Reforçar postos de pagamento aos funcionários municipais.
- VII. Colaborar com o policiamento preventivo.
- VIII. Remover flagelados em emergências, em colaboração com a Defesa Civil.

Estão CORRETAS:

- A. II, III, IV, VII, VIII.
- B. II, III, IV, V, VI, VII, VIII.
- C. I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII.
- D. I, IV, V, VI, VII, VIII.
- E. II, III, IV, V, VI, VII.

42.De acordo o art. 15 da Lei nº 1.292 de 30 de maio de 2006, “os círculos hierárquicos são ambientes de convivência entre facções da mesma categoria, prestando-se para limitar a promiscuidade e desenvolver o espírito de camaradagem, sem prejuízo do respeito mútuo. O tratamento devido pelos componentes da Guarda Civil Municipal será:

- A. De “senhor”, quando de subordinado para superior hierárquico, e de “você”, de superior para subordinado, ou ainda entre os pares ou similares.

- B. De “Ilustríssimo”, quando de subordinado para superior hierárquico, e de “você”, de superior para subordinado, ou ainda entre os pares ou similares.
- C. De “Excelência”, quando de subordinado para superior hierárquico, e de “você”, de superior para subordinado, ou ainda entre os pares ou similares.
- D. De “senhor”, quando de subordinado para superior hierárquico, e de “senhor”, de superior para subordinado, ou ainda entre os pares ou similares.
- E. De “Excelência”, quando de subordinado para superior hierárquico, e de “senhor”, de superior para subordinado, ou ainda entre os pares ou similares.

43.Com base no art. 20 da Lei nº 1.292 de 30 de maio de 2006, “Incumbe aos Guardas Civis Municipais a proteção dos bens, instalações e a garantia dos serviços do Município, e para cumprir estas atribuições devem”, entre outros:

Assinale a alternativa INCORRETA:

- A. Após o término do serviço, imediatamente devolver à base todo o equipamento e armamento, assim como a papeleta de ocorrências.
- B. Apresentar-se sempre limpo e barbeado, bem uniformizado e munido com carteira funcional e credenciais.
- C. No controle do trânsito, não se faz necessário a utilização de motocicletas e nem outro equipamento específicos, ficando a cargo do Agente de Trânsito.
- D. Ingressar no posto na hora determinada, permanecendo atento e diligente, dele só se afastando quando substituído oficialmente.
- E. Prender qualquer indivíduo em flagrante delito ou quando perseguido pelo clamor público, apresentando-o à autoridade competente.

44.Segundo o art. 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente, “ a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

- A. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
- B. Direito de ser respeitado por seus educadores.
- C. Acesso e cumprimento aos critérios avaliativos determinados pela escola.
- D. Direito de organização e participação em entidades estudantis.
- E. Acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.

45.Segundo o art. 33 do Estatuto da Criança e do Adolescente, “a guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULO – EDITAL Nº 001/2020

adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais.

Sobre a guarda, analise os itens e assinale a alternativa INCORRETA:

- A. A guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, exceto no de adoção por estrangeiros.
- B. Excepcionalmente, deferir-se-á a guarda, fora dos casos de tutela e adoção, para atender a situações peculiares ou suprir a falta eventual dos pais ou responsável, podendo ser deferido o direito de representação para a prática de atos determinados.
- C. A guarda confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, inclusive previdenciários.
- D. Salvo expressa e fundamentada determinação em contrário, da autoridade judiciária competente, ou quando a medida for aplicada em preparação para adoção, o deferimento da guarda de criança ou adolescente a terceiros não impede o exercício do direito de visitas pelos pais, assim como o dever de prestar alimentos, que serão objeto de regulamentação específica, a pedido do interessado ou do Ministério Público.
- E. A guarda não poderá ser revogada a qualquer tempo, mesmo mediante ato judicial fundamentado.

46. De acordo com o art. 10 da Lei n 10.741/03, “é obrigação do Estado e da sociedade, assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis”.

O direito à liberdade compreende, entre outros, os seguintes aspectos:

- I. Faculdade de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;
- II. Opinião e expressão.
- III. Crença e culto religioso.
- IV. Prática de esportes e de diversões.
- V. Participação na vida familiar e comunitária.
- VI. Participação na vida política, na forma da lei.
- VII. Faculdade de buscar refúgio, auxílio e orientação.

Estão CORRETAS:

- A. III, IV, V, VI, VII.
- B. I, II, III, IV, V, VI, VII.
- C. I, IV, V, VI, VII.
- D. I, II, III, IV, V.
- E. I, II, IV, V, VI, VII.

47. De acordo com a Lei nº 12.850/13, considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional. Promover, constituir, financiar ou integrar, pessoalmente ou por interposta pessoa, organização criminosa, tem Pena de:

- A. Reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa, sem prejuízo das penas correspondentes às demais infrações penais praticadas.
- B. Reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa, sem prejuízo das penas correspondentes às demais infrações penais praticadas.
- C. Reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e multa, sem prejuízo das penas correspondentes às demais infrações penais praticadas.
- D. Reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa, sem prejuízo das penas correspondentes às demais infrações penais praticadas.
- E. Reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos, e multa, sem prejuízo das penas correspondentes às demais infrações penais praticadas.

48. De acordo com a Lei nº 12.850/13, o acordo de colaboração premiada pressupõe que o colaborador cesse o envolvimento em conduta ilícita relacionada ao objeto da colaboração, sob pena de rescisão.

São direitos do Colaborador:

- I. Usufruir das medidas de proteção previstas na legislação específica.
- II. Não receber sentença condenatória.
- III. Ter nome, qualificação, imagem e demais informações pessoais preservados.
- IV. Ser conduzido, em juízo, separadamente dos demais coautores e partícipes.
- V. Participar das audiências sem contato visual com os outros acusados.
- VI. Não ter sua identidade revelada pelos meios de comunicação, nem ser fotografado ou filmado, sem sua prévia autorização por escrito.

Estão CORRETAS:

- A. I, II, III, IV, V e VI.
- B. I, II, V e VI.
- C. I, II, III, IV e V.
- D. I, III, IV, V e VI.
- E. I, II, IV, V e VI.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULO – EDITAL Nº 001/2020

49. Está preconizado no art. 7º da Lei nº 11.340/06, “são formas de violência doméstica e familiar contra a mulher”, entre outras:

- I. A violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal.
- II. A violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.
- III. A violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.
- IV. A violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.
- V. A violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Estão CORRETAS:

- A. III, IV, V.
- B. I, II, IV, V.
- C. I, II, III, V.
- D. II, III, IV, V.
- E. I, II, III, IV, V.

50. Está preconizado no art. 2º da Lei nº 13.869/19, “é sujeito ativo do crime de abuso de autoridade qualquer agente público, servidor ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território, compreendendo, mas não se limitando a”:

- I. Servidores públicos e militares ou pessoas a eles equiparadas.
- II. Membros do Poder Legislativo.
- III. Membros do Poder Executivo.
- IV. Membros do Poder Judiciário.
- V. Membros do Ministério Público.
- VI. Membros dos tribunais ou conselhos de contas.

Estão CORRETAS:

- A. III, IV, V e VI.
- B. I, II, V e VI.
- C. I, II, III, IV e V.
- D. I, II, III, IV, V e VI.
- E. II, III, IV, V e VI.